

**HABEAS CORPUS Nº 503.643 - MS (2019/0101757-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : LUCIMARI ANDRADE DE OLIVEIRA LIMA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LUCIMARI ANDRADE DE OLIVEIRA - MS013963  
CÍCERO ALVES DE LIMA - MS014209  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : ANDRE FRANCO CAFFARO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **ANDRÉ FRANCO CAFFARO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

O paciente, vereador da cidade de Ladário (MS), foi denunciado, juntamente com outros corréus (prefeito, vereadores e secretários da prefeitura), pela prática das condutas descritas nos arts. 288 e 317, § 1º, c/c o art. 71 do Código Penal. O Tribunal Estadual, por decisão monocrática do relator, decretou sua prisão preventiva.

Inconformada, a defesa agravou no TJMS, que desproveu o recurso nos termos da seguinte ementa:

"AGRAVO INTERNO – AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA, EM CONTINUIDADE DELITIVA – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – DECRETO PRISIONAL QUE ATENDE AOS PRESSUPOSTOS E REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR – SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR – NÃO ACOLHIMENTO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO IDÔNEA A RESPEITO DA DEBILIDADE DO ESTADO DE SAÚDE – DECISÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO.

I – Presente o requisito instrumental de admissibilidade (art. 313, inc I, do CPP), bem como diante da prova da existência do crime e de indícios suficientes de autoria, torna-se possível impor a prisão preventiva para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou visando assegurar a aplicação da Lei Penal. No caso dos autos, a custódia cautelar se revela necessária para garantir a ordem pública, tendo em vista que o agravante aparentemente integrava esquema conhecido como "mensalinho", pois teoricamente apoiava o alcaide nas deliberações realizadas pelo Legislativo Municipal em troca de valores em dinheiro, bem como tendo como contrapartida a indicação de pessoas para cargos da estrutura funcional da prefeitura. Dada a gravidade e habitualidade das ações ilícitas perpetradas pela associação criminosa, deve a prisão preventiva ser mantida para, neste momento, desarticulá-la e interromper suas atividades, estas que, inclusive, precedem à notitia criminis e perduraram até o momento da prisão. Vale destacar que eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como

primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstatam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

II – Ausente comprovação idônea acerca da debilidade extrema do estado de saúde, impossível torna-se a concessão da prisão domiciliar, sobretudo quando inexistente demonstração de que eventual tratamento necessário não possa ser prestado no próprio estabelecimento prisional. (e-STJ, fl. 1.977).

Neste *writ*, alegam os impetrantes que "a) Os documentos anexados no agravo n.º 1601829-13.2018.8.12.000 comprovam satisfatoriamente que a saúde do paciente inspira cuidados especiais; b) Os requisitos e pressupostos da prisão preventiva não foram atendidos, devendo prevalecer a presunção de inocência; c) O paciente é réu primário, tem bons antecedentes – nunca foi processado anteriormente, não integra a organização criminosa e tem residência fixa; d) Encontra-se preso preventivamente desde 26/11/2018, ou seja, mais de 04 (quatro) meses, mais de 134 dias, por suposta prática de crime, sem nenhuma prova concreta; e) Afastamento do exercício do cargo de Vereador, ou seja, encontra-se impedido de praticar quaisquer crime na mesma natureza dos indicados na denúncia; f) O paciente encontra-se preso há mais 134 dias e até o presente momento a denúncia sequer foi recebida; g) A denúncia foi oferecida no dia 19/10/2018 e até agora não houve, sequer o recebimento da mesma" (e-STJ, fl. 13).

Aduzem, outrossim, que "o Paciente não ostenta quaisquer das hipóteses situadas no art. 312 da Legislação Adjetiva Penal, as quais, nesse ponto, poderiam inviabilizar o pleito de liberdade provisória" (e-STJ, fl. 14).

Ao final, requerem a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja revogada a prisão preventiva ou, subsidiariamente, seja concedida a prisão domiciliar.

**É o relatório.**

Decido.

Quanto à fundamentação da segregação cautelar, tem-se que a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso dos autos, extrai-se da decisão que decretou a prisão preventiva:

"Na hipótese vertente, concluída a fase preparatória da *persecutio criminis in judicio* todos os investigados foram denunciados por crime de associação criminosa. Ainda, os integrantes do Executivo Municipal (...) foram incursionados no crime de corrupção ativa, enquanto que as condutas atribuídas aos vereadores (Augusto de Campos, Lilian Maria de Moraes, Paulo Rogério Feliciano Barbosa, Osvalmir Nunes da Silva, André Franco Caffaro, Agnaldo dos Santos Silva Júnior e Vagner Gonçalves) receberam os contornos do crimes de corrupção passiva. Eis a descrição legal dos referidos delitos: (...)

Considerando, portanto, que são imputados aos denunciados crimes dolosos punidos cujas penas máximas suplantam 4 anos, tem-se como admissível a decretação da prisão preventiva.

Além disso, referida medida cautelar exige o *fumus commissi delicti*,

este consubstanciado na prova da materialidade e nos indícios suficientes de autoria ou de participação, conforme dicção do art. 312, *caput e in fine*, do Código de Processo Penal:

(...)

Nesse prospecto, depreende-se a existência de fortes indícios de que prefeito municipal e ora denunciado Carlos Ruso, estando prestes a sujeitar-se a uma Comissão Parlamentar de Inquérito em razão de irregularidades cometidas no âmbito da Secretaria de Saúde, cedeu à solicitação de vantagem indevida efetuada por um grupo de vereadores formados pelos denunciados Augusto, Lilian, Paulo, Osvalmir, André, Agnaldo e Vagner.

(...)

Como se vê, os excertos acima apontam que a suposta associação fora estabelecida para a prática dos crimes de corrupção ativa e passiva, sendo citados, com naturalidade, a entrega mensal de dinheiro em espécie e a aceitação dos 'apadrinhados' na estrutura funcional da prefeitura.

(...)

Já nos trechos abaixo, os vereadores/denunciados Lilian, André, Augusto, Vagner e Osvalmir, que supostamente integrariam a associação criminosa, são flagrados pelas interceptações telefônicas judicialmente autorizadas tratando do recebimento do 'mensalinho' e/ou das indicações para cargos e funções no âmbito do Executivo Municipal: (...).

Enfim, de todo o exposto, observa-se que há, concretamente, prova da materialidade e indícios suficientes de autoria e participação nos ilícitos penais retratados na inicial.

A prisão cautelar exige, ainda, o pressuposto do *periculum libertatis*, de modo que a custódia dever ser imprescindível para garantir a ordem pública, a ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal, em conformidade com o art. 312, *caput*, do CPP.

(...)

Em adendo, vale ressaltar que além do risco concreto da continuidade da atividade delitiva, os substratos angariados pelas investigações apontam para a gravidade do fato, já que tudo isso tem culminado em embaraço à livre atuação do Poder Legislativo de Ladário e na incerteza quanto à higidez e gerência da administração municipal.

(...)

Nesse prospecto, resta, de fato, necessária imposição da medida extrema condizente na prisão dos denunciados Carlos Anibal Ruso Pedroso, Augusto de Campos, Lilian Maria de Moraes, Paulo Rogério Feliciano Barbosa, Osvalmir Nunes da Silva, André Franco Caffaro, Agnaldo dos Santos Silva Júnior, Vagner Gonçalves e Hélder Naulle Paes dos Santos, como forma de restabelecer a ordem Pública, em atenção às exigências cautelares do ar. 282 do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 504-518).

Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada em elementos extraídos dos autos, tendo em vista a manifesta periculosidade do agente ao

meio social, evidenciada em sua reiterada conduta delitiva.

Ademais, o paciente foi denunciado por integrar uma associação criminosa responsável pela prática de corrupção ativa e passiva. Portanto, conforme a jurisprudência desta Corte, a segregação cautelar faz-se necessária para o acautelamento do meio social, diante da reiteração delitiva.

Nesse sentido, vejam-se os seguintes julgados:

**"HABEAS CORPUS. FURTO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. INEXISTÊNCIA DE INOVAÇÃO PELA CORTE ESTADUAL. DESPROPORCIONALIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. TEMA NÃO DEBATIDO NO ACÓRDÃO IMPUGNADO.**

**1. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada, porquanto baseada na existência de fortes indícios de autoria e de materialidade do crime, bem como na contumácia delitiva dos agentes, evidenciada pela extensa ficha de antecedentes criminais deles.**

2. O risco de reiteração delitiva - elemento concreto capaz de justificar a necessidade da prisão cautelar - pode ser extraído de elementos como inquéritos e ações penais em curso.

3. Inexiste irregularidade no acórdão que apenas corroborou a motivação declinada pelo Juízo de primeiro grau, reafirmando que os pacientes ostentam anotações criminais por delitos contra o patrimônio, e isso não configura inovação.

4. A desproporcionalidade da prisão não chegou a ser analisada pela Corte de origem. De qualquer maneira, esta somente poderá ser aferível após a prolação de sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação da análise quanto a possibilidade de cumprimento de pena em regime menos gravoso, caso seja prolatado édito condenatório, sob pena de exercício de adivinhação e futurologia, sem qualquer previsão legal (RHC n. 82.057/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 29/8/2017). Afinal, embora a decretação da prisão preventiva deva observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não há correlação necessária e absoluta com eventual regime prisional, sendo certo que a definição do modo de execução da pena leva em conta vários fatores, inclusive a reincidência, a serem analisados pelo julgador, no momento oportuno (HC n. 406.697/RN, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 26/9/2017).

5. *Writ* parcialmente conhecido e, nessa parte, ordem denegada." (HC 415.360/SP, rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, j. 14/11/2017, DJe 21/11/2017, grifou-se).

**"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CINCO ESTELIONATOS EM CONCURSO DE AGENTES. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE NÃO AGREGA FUNDAMENTOS AO DECRETO PRISIONAL. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. IDONEIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE DOS RECORRENTES. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA.**

DIVERSAS AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGURANÇA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RECORRENTE QUE PERMANECEU FORAGIDO POR LONGO PERÍODO. RÉUS QUE PERMANECERAM PRESOS DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. A Quinta Turma desta Corte Superior possui firme entendimento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o recurso em habeas corpus em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo.

2. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

3. *In casu*, a prisão preventiva foi adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, restando demonstrada a elevada periculosidade dos recorrentes, evidenciada pelo risco de reiteração delitiva, porquanto respondem a outros processos de associação e organização criminosas, estelionato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e crimes contra as relações de consumo, mediante a constituição de empresas em nome de 'laranjas', com a finalidade de enganar os consumidores. Salienta, ainda, o Magistrado de piso que a prisão se justifica na necessidade de se evitar nova fuga do recorrente Michel, que permaneceu foragido por longo período, tendo o mandado de prisão sido cumprido em outro Estado da Federação.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública e segurança da aplicação da lei penal, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

**4. Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, inquéritos e ações penais em curso constituem elementos capazes de demonstrar o risco concreto de reiteração delituosa, justificando a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública.**

5. Tendo os recorrentes permanecido presos durante todo o processo, não deve ser permitido o recurso em liberdade, especialmente porque, inalteradas as circunstâncias que justificaram a custódia, não se mostra adequada sua soltura depois da condenação em primeiro grau.

6. É inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

Recurso ordinário desprovido." (RHC 72.556/SP, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 10/10/2017, DJe 20/10/2017, grifou-se).

Pelos mesmos motivos acima delineados, é "indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando esta se encontra justificada na gravidade concreta do delito e na periculosidade social do réu, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública" (HC 315.151/RS, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 25/5/2015; HC 323.026/SP, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 17/9/2015).

Por fim, também não merece acolhimento o pedido de prisão domiciliar.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, para a substituição da prisão preventiva por domiciliar, deve haver comprovação inequívoca de que o tratamento médico imprescindível para a saúde do acusado não pode ser ministrado no estabelecimento prisional de forma eficiente e adequada.

A propósito, confirmam-se estes julgados:

"*HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. ROUBO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. *MODUS OPERANDI*. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ADEQUADA NO CÁRCERE E DA SITUAÇÃO DE EXTREMA DEBILIDADE. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

[...]

3. Esta Corte Superior assentou o entendimento de que, excepcionalmente, pode-se conceder ao preso provisório o benefício da prisão domiciliar quando demonstrado que o recluso é portador de doença grave e comprovada a impossibilidade de se prestar a devida assistência médica no estabelecimento penal em que se encontra recolhido. 4. Na espécie, não há elementos nos autos que indiquem que o tratamento de saúde oferecido no estabelecimento prisional ao Paciente é ineficiente e inadequado, tampouco que se encontre extremamente debilitado por motivo de doença grave, tendo a Corte de origem ressaltado que já existe notícia de alta médica, de modo que não faz jus à prisão domiciliar.

5. Demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011. Precedentes.

6. Ordem de *habeas corpus* denegada." (HC 460.588/SP, rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, j. 8/11/2018, DJe 3/12/2018.)

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS. PACIENTE EXTREMAMENTE DEBILITADO. NÃO COMPROVAÇÃO. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO EM *HABEAS CORPUS* IMPROVIDO.

[...]

2. Nos termos do artigo 318, inciso II e parágrafo único, do CPP, somente é possível a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar se houver demonstração de que o agente se encontra extremamente debilitado por motivo de doença grave e não houver a possibilidade de o custodiado receber tratamento adequado no estabelecimento prisional em que se encontra.

3. Recurso em *habeas corpus* improvido." (RHC 102.764/MS, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 23/10/2018, DJe 14/11/2018.)

*In casu*, o Tribunal de origem afirmou que "No caso em apreço, os documentos anexados pela Defesa não indicam que o estado de saúde é grave a ponto de autorizar a substituição da segregação cautelar pela prisão em domicílio, mormente em razão de inexistir demonstração de que o estabelecimento prisional seja incapaz de oferecer tratamento adequado" (e-STJ, fl. 1.981).

Além do mais, não cabe, na estreita via do *habeas corpus*, a análise sobre a imprescindibilidade de tratamento médico ou acerca das condições existentes no estabelecimento prisional para a efetivação desses cuidados, por demandarem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Transcorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator